

A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICO-EDUCACIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DE J.W. KINGDON

Deyvid Braga Ferreira ¹
Javan Sami Araújo dos Santos ²
Geisa Carla Gonçalves Ferreira ³
Fabiana de Moura Cabral Malta ⁴

RESUMO

Este artigo tem por escopo analisar a construção da agenda política que ocorrera na Segurança Pública brasileira, em especial nas duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, buscando desvelar o motivo pelo qual a questão “instrucional em segurança” entra na agenda política do governo, e quais as soluções que “no caldo primitivo” conseguem sobreviver e serem eleitas para solucionar esta problemática, que resultam nas práticas de uma pedagogia da hegemonia que se consolidaram através da criação de uma matriz curricular unificada. Para desvelar tal problemática, fora realizado um trabalho de pesquisa qualitativo com revisão bibliográfica. Os resultados obtidos revelaram que a atual política de segurança está subserviente aos ditames do capital, corroborando com a perpetuação do projeto de sociabilidade da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas.

Palavras – chave: Agenda Política, Política Educacional, Segurança Pública.

¹ Doutorando em Linguística, Linha de Pesquisas Discurso: Sujeito, História e Ideologia (UFAL/PPGLL/FALE - 2020.01). Mestre em Educação (UFAL/ PPGE/CEDU - 2012), integrando o grupo de pesquisas sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (UFAL/GEPE - CEDU), na linha de pesquisa História e Política da Educação na UFAL. Especialista em Mídias na Educação (UFAL/ CIED/ CEDU - 2016). Especialista em Direito Processual (ESMAL/ AL - 2006). Formado em Direito/ Ciências Jurídicas e Sociais (FADIMA/ CEMAC/AL - 2005). É Docente na Faculdade Raimundo Marinho (FRM/AL) e no Centro Universitário Mario Pontes Jucá (UMJ - antiga FAT/ AL).

E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br

² Professor da Educação Básica e Ensino Superior. Gerente em Gestão Democrática e Política Educacional em Rio Largo/AL. Doutorando em Educação e mestre em Ensino (UFAL). Especialista em Gestão Pública Municipal e Estratégias Didáticas com o uso das TICs (UFAL), em Conselho de Educação (UFBA), em Inspeção Escolar e Supervisão Pedagógica (UCAM). Pesquisador do Grupo de Gestão e Avaliação Educacional (GAE/UFAL). Gestor Empresarial (IFAL) Pedagogo (UFAL) e estudante de Direito (UNEAL).

E-mail: javansami@hotmail.com

³ Doutoranda e Mestra em Educação (UFAL). MBA em Gestão de Pessoas (IPEMIG). MBA Executivo em Alta Gestão (UNAMA). Especialista em Gestão Escolar (IPEMIG). Especialista em Docência do Ensino Superior e Tutoria da Educação a Distância (IPEMIG). Especialista em Psicopedagogia Institucional (IPEMIG). Licenciada em Pedagogia (UFAL). Professora Universitária.

E-mail: geisa.ferreira@cedu.ufal.br

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes de Sergipe. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (PPGE). Especialista em Direito Público pela EPD - SP e em Docência do Ensino Superior pela UNINASSAU- PE. Advogada e licenciada em Pedagogia. Professora Universitária.

E-mail: fabianamalta@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, as forças de segurança pública possuem uma peculiaridade especial que as torna únicas no mundo. Conforme o art. 144 da Constituição Federal de 1988, possuímos atualmente 04 diferentes órgãos encarregados da segurança pública, a saber: Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Forças Federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal), Forças Estaduais (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar), Força Municipal (Guarda Municipal) e Força Penal⁵ (Agentes Penitenciários). Cada qual com suas atribuições, papéis definidos e distintos, além de academias de polícia responsáveis por sua instrução.

A partir da década de 90, o Brasil começa a implementar políticas neoliberais, que provocam paulatinamente severas reduções nas verbas públicas de uma forma geral, situação que afeta tanto a área da segurança pública quanto a educação de seus servidores.

Tentando “inovar”, “padronizar” ou “planificar” a educação e formação do policial no Brasil, o governo federal cria a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ - 1997), responsável pela elaboração de uma Matriz Curricular Unificada da Segurança Pública, que ocorre somente em 2009. Para podermos entender como se deu a construção dessa “agenda política educacional” na área da Segurança Pública, iremos nos valer dos estudos de John Wells Kingdon e seu modelo de Múltiplos Fluxos, na tradução feita por Capella (2007).

METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teórico – doutrinários para tratarmos da temática de construção de uma agenda Político Educacional na perspectiva de J.W.Kingdon, conforme FLICK (2008).

Estruturamos nossa pesquisa da seguinte forma: ao introduzirmos a temática, buscamos situar o leitor acerca dos agentes participantes da segurança pública no Brasil,

⁵ Citamos a força penal apenas para ficar completa a explicação, todavia eles tem uma matriz curricular diferente e capitaneiam recursos de outra fonte (Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN).

bem como apresentar o motivo alegado para a criação da matriz unificada da SENASP. Na discussão dos resultados, apresentaremos a teoria de Kingdon e seus modelos de múltiplos fluxos, para depois situar de que forma fora gestada a “constituição da matriz curricular unificada”. Na conclusão, após explanarmos acerca de uma outra prática possível, indagamos acerca do projeto societário que busca sua hegemonia no cenário atual e a possibilidade de se superar este amalgama.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICO-EDUCACIONAL

A pauta “segurança pública”, para entrar na agenda política do governo federal e culminar com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, precisou mostrar-se não só relevante para o governo, mas que trouxesse uma luz às crescentes preocupações em segurança que assolaram todo o século XX e ainda persistem em pleno século XXI.

Neste momento, devido a atenção dispensada pela mídia e sociedade civil ao assunto, a segurança pública começa a fazer parte da agenda política do governo, despertando não só a atenção mas o interesse daqueles responsáveis pela formulação das políticas públicas.

Neste trabalho, buscaremos explicar os processos de formulação das políticas públicas na área de segurança, recorrendo ao modelo de múltiplos fluxos, desenvolvido por *J. Kingdon*, em virtude de sua perspectiva teórica nos apresentar um contributo bastante interessante, explicando as formas/motivos pelos quais uma agenda governamental pode ser alterada e formulada. Para isso, nos valeremos da tradução feita por Capella (2007).

Para o referido autor, esta agenda deverá ser efetivada por meio de três cursos decisórios: problemas, alternativas e política. Tais cursos são relativamente independentes, permeando toda a organização política. Em momentos críticos, estes fluxos convergem, produzindo mudança na agenda governamental.

O primeiro fluxo, ao se reconhecer um problema, busca-se compreender o por que deste e não de inúmeros outros fazerem parte da agenda governamental.

É humanamente impossível determo-nos em diversos problemas por muito tempo, devendo o formulador da agenda política prestar atenção/ selecionar um problema específico em detrimento de outro(s).

Imaginemos a instrução de “todos” os integrantes da segurança pública. O Brasil é um país continental, onde cada região possui suas especificidades e sua forma própria de educar, suas “malhas curriculares”.

Estas são sem dúvidas questões percebidas pelo governo, mas que não entram na agenda por não despertarem necessariamente um interesse imediato, e nem fomentarem, de forma urgente, quaisquer ações de contrapartida. Estas questões somente serão encaradas como problema, quando os formuladores de políticas públicas sentirem a necessidade de se fazer algo a respeito.

Para que estas questões possam chamar a atenção dos formadores das políticas, precisa-se de: Indicadores (que são os custos que serão envolvidos na resolução), Crises (evento de grande magnitude, que obriga-se a prestar a atenção em determinado assunto, reforçando a necessidade de resolução do problema) e Feedbacks (como o programa de governo está sendo avaliado e quais as consequências desse).

Entretanto, isso não quer dizer que uma questão a qual possua todos estes mecanismos possa vir a tornar-se um problema, e que por isso ele alcance a agenda governamental. Como existe o fator humano, é preciso que todos estes mecanismos, em conjunto, sensibilizem o formulador de política, de modo que tal problema faça parte da agenda de governo.

O segundo fluxo apresenta um conjunto de alternativas e soluções para o problema. Neste momento, pode-se até ter ideias para problemas que ainda não existem, ou ideias que nada tem a ver com o problema específico.

Nesse sistema teremos toda a sorte de pessoas com suas ideias, incluindo-se os especialistas que compartilham certa preocupação com a solução do problema.

Essas repostas/ soluções para os problemas serão postas “num caldo primitivo de políticas”, no qual podem: fundir-se, confrontar-se, desaparecerem, ou mais raro, permanecerem intactas.

O resultado final é o envio de uma filtragem das propostas, restando uma pequena quantidade a ser apreciada pelos participantes do processo decisório. Essas

ideias podem não ser o consenso, mas são reconhecidas como potencialmente possíveis dentro do conjunto de relevância apresentado.

O terceiro fluxo será o realmente político, tendo sua própria regra e dinâmicas, que se mostra assente às negociações e barganhas, em detrimento da difusão e persuasão das ideias como no fluxo anterior.

Nesse sentido, como poderíamos explicar a entrada desta temática de uma agenda política educacional na Segurança Pública e a sua respectiva transformação em um conjunto de soluções propostas, aptas a criar uma “Matriz Curricular Nacional”?

Nas últimas quatro décadas puderam ser observados os crescentes e vertiginosos aumento da criminalidade no Brasil. Houveram diversas rebeliões de presos, que foram coordenadas simultaneamente com exemplar maestria pelos seus idealizadores além de assassinatos de presos rivais. Com tal postura, o crime organizado mostrou-se de uma forma que as pessoas comuns não conseguiam enxergar.

A partir desse ponto, os grupos de pressão ou interesse afirmam que o aumento no número de homicídios ocorridos no Brasil, a partir da década de noventa do século passado até agora será “culpa exclusiva da polícia”, que perde seu “*status*” de promotora da cidadania, passando a ser considerada uma “polícia política”, típica de regimes antidemocráticos, de exceção, que obtém resultados apenas torturando e matando inocentes, um órgão desacreditado e ineficiente, de forma que somente com um órgão centralizador (SENASP/MJ), com sua própria “malha curricular” educacional, poderia alterar esta situação!

A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA POLÍTICO-EDUCACIONAL: SURGIMENTO DA MATRIZ CURRICULAR UNIFICADA NA SEGURANÇA PÚBLICA

O governo federal vendo que a luta dos estados-partes tornava-se na maioria das vezes inócua, aproveita a inserção da “segurança pública” na agenda governamental e cria a Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao ministério da Justiça, por meio do Decreto Federal nº 2315 de 1997. O que podemos observar, em sua criação, é a subordinação e mero assessoramento do Ministro da Justiça em questões relativas à segurança pública nos estados.

Eis que em 1998, por intermédio do decreto Federal nº 2802 de 1998, o governo FHC ao dar continuidade às reformas propostas de enxugamento da máquina estatal, dá nova roupagem ao Ministério da Justiça, determinando que a SENASP/ MJ assessore o Ministro de Estado da justiça para “Implementar uma política nacional de segurança pública”.

Neste contexto, o debate sobre o crescente índice de criminalidade que começa em 1980 e intensifica-se durante toda a década de 1990, traz à lume a sensação de medo e de insegurança vividos pela população.

Nesse período, o fluxo do conjunto de alternativas e soluções para o “problema da segurança pública” é enorme. Aumento das penas, redução da maioria penal, criminalização de mais condutas reprovadas socialmente, aumento do efetivo policial, construção de mais presídios, ação mais enérgica da polícia...

Desse “caldo primitivo de ideias” a realmente implementada será aquela na qual se propicia mais notoriedade e palanque político, com retorno em votos pode ocasionar: elege-se primeiramente o enfrentamento direto ao crime, através de uma “planificação instrucional”.

A SENASP/MJ percebendo isto, começa a gestar políticas de aproximação dos estados partes (Governos Estaduais e Municipais) para a União, de modo que os acertos e dissabores possam ser utilizados como plataforma política. Isto deve-se a pressão que tanto a sociedade civil organizada, quanto os membros do próprio governo que aproveitam tal problema (o da segurança pública) para servir de palanque eleitoral.

Começa-se a fomentar reuniões a nível nacional com profissionais e pessoas ligadas a área de segurança pública dos Governos Federais, Estaduais e Municipais, sob coordenação da SENASP/MJ, que realizam uma série de debates de modo a fomentar discussões sobre um plano unificado de uma matriz curricular única que atenda a todos os profissionais da segurança pública estadual (PC, PM e BM).

Após vários encontros, cria-se a Matriz Curricular Unificada para os profissionais da segurança pública estadual, de modo a delimitar e planificar as suas atuações, de modo que em todo país, tenha-se o mesmo procedimento e a mesma malha curricular. O motivo mais forte de sua criação, é que surge a hipótese de que o aumento na criminalidade é causada pela má formação policial em todo o Brasil.

Discutida, aprovada (pela SENASP/MJ e com crivo da União) e pronta para ser incorporada pelos Estados. Como o governo federal obrigaria que um estado parte seu, perdesse sua autonomia e adotasse esta matriz?

A resposta está na lei 11.530 de 2007, que cria o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), apresentando os requisitos para que os estados e municípios recebam verbas federais e as empreguem em Segurança Pública.

Um dos requisitos é a adesão, friso que não há imposição, à Matriz curricular da SENASP/MJ. Condiciona-se a liberação de recursos a vinculação “opcional” aos seus preceitos. Caso contrário, não se recebe verba do PRONASCI. Para se ter uma ideia, imaginemos a compra de um aparelho de raio “X” para o sistema prisional. O PRONASCI arca com 99% das verbas de projetos destinados a área de segurança pública que comunguem às ideias da matriz curricular. Imagine um projeto da ordem de um milhão de reais na compra de material. O estado-parte entra com 10 mil reais e o governo federal (PRONASCI) com “apenas” 990 mil reais.

E por não querer perder verbas, pois a maioria das suas receitas já estão comprometidas, teremos uma adesão total de todos os 26 Estados-partes e do Distrito Federal a este “bondoso” programa do governo federal.

O que o neoliberalismo sempre buscou, disfarçado de “investimentos na qualidade na educação”, é o desmonte na oferta gratuita e de qualidade de ensino aos agentes da segurança estatal. Não se está a lidar com um problema técnico, ao qual cabem respostas fechadas, impositivas. Trata-se de um problema que envolve conceitos multidimensionais, que necessitam de respostas múltiplas ante a complexidade de suas questões (Frigoto, 1996).

Neste sentido, Santomé (2003) nos lembra dos insucessos do governo espanhol na tentativa de forçar todas as suas províncias a adotarem um regime matricial único de formação de seus alunos. O estigma mais gritante nesta situação, assim como ocorre na matriz, é a falta de possibilidades de regionalização de situações e de costumes. Para a matriz, deve-se: “padronizar conhecimentos, para que todos ajam de forma símile”.

Como observamos, para que se logre êxito em sua empreitada, o Estado enquanto elemento garantidor/ reproduzidor dos anseios das classes dominantes criou e continua a criar políticas orientadas a manutenção de uma “pedagogia de hegemonia”,

adaptando no seio social, peculiaridades no desenvolvimento da: cultura, moral e ética, ou seja, nos valores basilares do cotidiano que regulam as práticas de convívio/convivência entre os membros da sociedade. Tudo na finalidade de reformular, a bem de seu interesse, as práticas educativas aos “novos interesses” do capitalismo.

Com tal Matriz Curricular Única da Segurança Pública não fora diferente. Todo processo de busca pela hegemonia política, onde a classe dominante tende a modificar a realidade dando-lhe novo sentido e renomeando-lhe, utiliza-se de uma transformação dos sentidos, das categorias, dos conceitos e dos discursos para legitimar suas reformas, pois na visão capitalista somente elas atendem as questões reivindicadas pela sociedade. Nessa perspectiva,

Não há, pois, discurso neutro ou inocente. Todo discurso é ideológico, uma vez que ao ser produzido, o sujeito o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e assim veiculam suas crenças, valores, visões de mundo que representam os lugares sociais que este ocupa. O discurso é, pois, campo de mediações que articula novos sentidos aos já conhecidos. Ele tem a capacidade de (re) significar o já dito... (CAVALCANTE, 2007, p. 53)

Na proposta de uma matriz curricular unificada, anunciam-se propósitos louváveis, que “atendem” aos anseios da sociedade. Nela, encontramos o seguinte posicionamento:

Espera-se que este documento seja uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que possam estimular o raciocínio estratégico-político e didático-educacionais necessários à reflexão e ao desenvolvimento de toda e qualquer ação educacional na área de Segurança Pública. Espera-se também que todo esse movimento chegue às salas de aula, transformando a ação pedagógica e contribuindo para a excelência da formação do profissional de Segurança Pública. (SENASP/ MJ, 2014, p. 13)

Disto, observamos que a matriz curricular está transmitindo uma “comunicação” ao ouvinte ante a posição que ela ocupa na sociedade. Isso ocorre em virtude do poder de mobilização de autoridade acumulada e concentrada no ato linguístico da matriz (Gnerre, 2005).

Isto se dá em virtude do valor de quem está falando (SENASP/ MJ), pois em uma sociedade calcada na estratificação social, a Matriz Curricular Nacional é o reflexo do poder e autoridade emanada do “governo” que os representa nas relações econômicas e sociais, utilizada para transmitir informação de ordem política e cultural.

Sendo o estado capitalista um estado de classes, (este) tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente... A escola,..., sob a hegemonia burguesa, vem se estruturando com vistas a formar,..., um intelectual urbano de novo tipo, que apresenta como características principais o aumento da capacidade técnica necessária a reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova capacitação dirigente. (NEVES e SANT'ANNA, 2005, p. 29).

Ao se criar uma matriz curricular unificada na segurança pública, o Estado, enquanto agente perpetuador dos ideais burgueses da classe dominante, aplica em seus agentes da segurança pública a difusão de uma pedagogia hegemônica, limitando a classe laboral ao conformismo ou ostracismo, ditando o que será o ideal, as idéias e as práticas que devem perpassar na sua aprendizagem.

A “pedagogia da hegemonia”, portanto, é um alargamento no conceito de cidadania, de forma ideológica e maniqueísta, que visa unicamente impedir o nível de conscientização política e organizacional das classes subalternas (trabalhadores) de alcançarem consciência do direito que possuem na participação da condução do estado, podendo gerir o processo legislativo (elaboração das leis) e administrativo (administração pública), alcançando, com isto, o “*status*” de classe social dominante sob os grupos que disto não se conscientizaram, passando a ser o grupo social subordinado.

A MATRIZ, A NOVA SOCIAL-DEMOCRACIA E AS PRÁTICAS DE CONTRA HEGEMONIA.

É assente, não só na segurança pública mas em todas as áreas, a ação dos organismos internacionais na formulação de promoção das políticas socialmente interessantes a classe dominante, assim como uma nova estruturação mundial focada do desmantelamento do estado de bem estar social e das conquistas da classe laboral.

Com uma mobilização dos organismos internacionais de promoção do ideário capitalista e fomento de seu projeto de sociabilidade, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), promoveram em nível mundial a privatização dos setores mais básicos de prestação de serviços que deveriam propiciar qualidade de vida

aos trabalhadores, além da fragmentariedade das políticas sociais; tudo isto, na tentativa de recuo nas quedas dos lucros e financiamento público ao capital privado.

A criação dos organismos internacionais atuais acompanhou o movimento de transformação geopolítica do pós-segunda guerra mundial e ampliou os poderes de planejamento e ações de sociabilidade dos países vencedores. A condução do processo de dependência e associação dos países ao mundo capitalista foi cuidadosamente pensada a partir dos conceitos de planejamento da época, centralizando decisões e consolidando a hegemonia dos EUA sob o conceito de interdependência. (MELO, 2010, p. 71)

Com tais políticas, cria-se a terceira via (modelo ideológico de fomento as “práticas sociais”), onde o Estado vai paulatinamente transferindo suas funções à sociedade civil (ONG’s, empresas, mídia, associações, fundações, escolas...) com o fito de obter um consenso ideológico de manutenção do projeto de governança burguês, conformando ideologicamente uma extensa gama de pessoas, com a normalidade da perda/ expropriação de seus direitos.

Apesar da crescente onda de demissões pelo mundo afora, do achincalhamento das políticas de privatizações, da precarização cada vez maior do trabalho docente pela redução das conquistas trabalhistas e do socorro ao capital privado nas crises cíclicas do capital, cada vez mais se propaga a tese da “responsabilidade social”.

Cada indivíduo ou grupo deve alavancar meios para auxiliar a sociedade na qual se encontra inserido, independentemente da contrapartida estatal, significando de forma diferente “cidadania” e “democracia”. Nestes moldes, elas significam a adesão de forma contratual entre os detentores do capital e aqueles que vendem sua força de trabalho, para humanizar as relações entre eles, esposados numa sociedade em que o auxílio ao próximo, a ajuda ao próximo, constituem elementos basilares no pilar de sustentação ideológico-religioso social.

Nessa situação, de “plena parceria”, a educação surge como elemento de propagação do ideário da classe dominante, sendo que seus intelectuais, na grande maioria, são oriundos das classes mais abastadas. Mezsáros (2009), ao referir-se aos intelectuais responsáveis pela propagação do ideário contratualista na formação do Estado, os intitula de “tríade burguesa”. São eles Locke, Hobbes e Rousseau.

Devido ao lugar que tais pensadores ocupam na sociedade, existe tendência de reprodução nas relações sociais vigentes, disseminando e legitimando a visão de mundo burguesa, em detrimento de uma situação emancipatória ou contra hegemônica.

Nosso retrospecto histórico não é diferente. No Brasil, existe uma forte tendência de importação das produções capitalistas Europeus e Americanos. O que se chega por aqui, imediatamente é tido por “salvação”. Com isto, reforça-se apenas a pedagogia hegemônica da burguesia mundial.

Para isto, ou seja, para as práticas desta pedagogia hegemônica, a terceira via precisava de uma roupagem atraente, onde a agregação de elementos tidos por desenvolvimentistas e as práticas neoliberais, mesmo sendo antagônicos por excelência, travestiram-se de uma reciprocidade impensável. Houveram profundas reformas no Estado, colimando com a sociedade civil em promotora por excelência na obtenção do consenso majoritário da população e palco de consonância nos interesses conflituosos.

Tais ações de reeducação escolar e política..., implementada por vários governos e pelas várias frações da burguesia com vistas a construir internacionalmente um novo padrão de sociabilidade... Ao se reduzir os níveis de consciência política coletiva das várias frações das classes trabalhadoras, impulsionam seus intelectuais coletivos a pautarem suas agendas políticas por demandas que, embora realizem mudanças parciais nas condições de trabalho e de vida das classes dominadas, mantem praticamente inalteradas as relações de exploração e de expropriação concernentes às relações sociais capitalistas. (MARTINS e NEVES, 2010, p. 37).

Os docentes e da segurança pública também são afetos a essa triste realidade. Suas condições de labor desenvolvem-se sob circunstancias que são muito peculiares, devido à peculiaridade de seu público alvo. Fatores como: elevada jornada de labor diário, tamanho das turmas e razão entre professor/alunos, alta rotatividade dos professores pelas academias, em detrimento da fixação de um corpo específico, falta de investimento público em sua carreira, são as principais.

São circunstancias que não se circunscrevem a prática recente (devido a matriz ser do final do século XX), mas se encontram de forma constante e crescente, incidindo diretamente nas condições de formação e de trabalho dos docentes, nas condições materiais de promoção de sua própria sustentabilidade e na implementação desta matriz no dia-a-dia prático de seu público alvo.

As agências e organismos internacionais representantes do projeto do neoliberalismo na terceira via, consideram como fatores essenciais para o aprofundamento da mundialização do capital a harmonia social e uma realização cada vez mais intensa das estratégias de conformação social. (MELO, 2010, p. 82)

O motivo principal desta política será a tentativa de “distorcer o nível de consciência social”, engendrando um engodo para a reprodução dos valores mais caros ao capitalismo, desestimulando as práticas pedagógicas de contra hegemonia. Isso leva tanto a docentes quanto a discentes a fazerem parte e reproduzir um sistema sem resiliências, sem confrontos, coadunando ao projeto de sociabilidade capitalista neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polícia em nosso país possui uma conotação depreciativa, herança principalmente de nossos últimos setenta anos. Nessa perspectiva, a denominação polícia é imbricada pela sinonímia de “violadora de direitos e garantias”, “polícia do estado”, “truculenta”, “polícia política”, entre tantos e tantos outros termos.

Somente quando se perceber que a segurança pública é uma questão que deve perpassar a lógica da política e ser tratada como um problema de Estado e não de Governo, estando paulatinamente na agenda política governamental, é que poderemos observar uma luz no fim do túnel, para, a partir daí, pensarmos em efetividade de políticas de segurança. Gostaríamos de frisar que na Política de Governo, a prioridade fundamenta-se na ideologia do governo que está no poder, não sendo passível de continuidade pelo próximo poder político entrante. Nas Políticas de Estado, a prioridade perpassa a ideologia presente no governo, sendo continuado no próximo governo.

Transpondo isto para a realidade da segurança pública, observamos o discurso de que a matriz curricular nacional se revela como produto da síntese das múltiplas determinações (sociais, políticas, econômicas e culturais), vindo a formar um conjunto complexo de saberes orientados pelas formações ideológica dos grupos de pressão com maior poder de barganha política.

Ao se criar uma matriz curricular unificada na segurança pública, o Estado, enquanto agente perpetuador dos ideais burgueses da classe dominante, aplica em seus

agentes da segurança pública a difusão de uma pedagogia hegemônica, ditando o que será o ideal, as idéias e as práticas que devem perpassar na sua aprendizagem.

Em Meszáros encontraremos a solução para a questão atinente a elaboração de uma Matriz Única em “segurança pública”, que se propusesse a “educar para além do capital”, rompendo com sua lógica perversa.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas auto servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de reforma sistemática no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (2007, pp. 25)

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico (MESZÁROS, 2007, pp. 27).

Felizmente, os trabalhos de K. Marx, G. Lukács e I. Meszáros demonstram que cada vez mais, as tensões dentro do próprio capital, que em sua tessitura é irrefreável, endêmica, crônica e permanente; chamam toda a sociedade a pagar a conta das perdas

contabilizadas pelos grandes investidores, pela perda de dinheiro da classe dominante e detentora dos modos de produção e reprodução da vida em sociedade.

Esta crise nada tem de nova, pelo contrário, surge dos antagonismos desenvolvidos pelo próprio capital pra que se mantenha como forma de sociabilidade presente e projeto de governança dos mais abastados, além de, é claro, proposta uníssona de rejeição ao socialismo e suas ideias de “excomungar das elites a propriedade dos meios de produção e reprodução social”, não tratando de questões como a degradação/ destruição ambiental e o desemprego crônico, que são as manifestações mais claras de que o projeto de sociabilidade vigente precisa ser modificado.

É preciso articular uma pedagogia “anti-hegemônica” para desenvolver uma consciência coletiva, com o fito de combater o projeto burguês de sociabilidade, para podermos mudar as relações de dominação e subserviência impostas pela classe dominante e seu projeto de sociabilidade. Ou isso, ou manteremos inalteradas as relações de exploração e dominação, e continuaremos acreditando “num mundo melhor e sem antagonismos, subservientes a exploração do homem pelo próprio homem”.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de ciências políticas**. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOTTEMS, Leila Bernarda Donato. **O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites.** Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.2, pp.511-520, Publicado em 2013.

GUIMARÃES, Carlos Artur. **“COMO CHEGA A HORA DE UMA IDÉIA?” E “JUNTANDO AS COISAS”- JOHN KINGDON.** Disponível em: <https://medium.com/@arturgmrs/como-chega-a-hora-de-uma-ideia-e-juntando-as-coisas-john-kingdon-773a83933fc6>. Publicado dia 01 de jul de 2014. Acessado em junho de 2020.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil.** 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia e a formulação/ atuação de seus intelectuais orgânicos.* **in** NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

MELO, Adriana Almeida Sales. *Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico.* **in** NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

MELO, Adriana A. S. **A mundialização da educação: Consolidação do projeto neoliberal na América latina. Brasil e Venezuela.** Maceió: EDUFAL, 2004.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley & SANT’ANNA, Ronaldo. **Introdução: Gramsci, O estado educador e a nova pedagogia da Hegemonia.** **in** NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/ MJ. **Matriz curricular revisada em 2014.** Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de->

[conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf](#).

Acessada em julho de 2020.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

ZAPELINI, Marcello Beckert. **Montagem de Agenda no Comitê Itajaí: Uma Aplicação do Modelo de Kingdon**. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2014, vol.18, n.6, pp.795-812. ISSN 1982-7849.